

Argumentação e metáfora no discurso político

Tito Cardoso e Cunha*

Resumo: Neste artigo pretende-se dar conta do pensamento desenvolvido pelo linguista George Lakoff acerca da consciência política norte-americana. Aplicando a sua bem conhecida teoria da metáfora a uma análise do discurso político, mostra-nos como o pensamento, mesmo sob uma forma inconsciente, usa metáforas para apreender as categorias que condicionam a fala e o pensamento no quotidiano.

Palavras-chave: argumentação, metáfora, discurso político.

A ação política, hoje como sempre, existe muito essencialmente pela palavra, pelo discurso. O discurso, mormente o discurso político, passa necessariamente pelos *media*, particularmente a televisão. Como escreve o sociólogo alemão Niklas Luhman, «tudo o que sabemos sobre a nossa sociedade, ou mesmo acerca do mundo no qual vivemos, sabemos-lo através dos meios de comunicação de massa» (1996). Sobretudo na televisão, poder-se-ia acrescentar.

Se isso for verdade, põe-se a questão de saber como é que nós pensamos – estou-me a referir à generalidade dos cidadãos – politicamente.

Tal como, consabidamente, o Deus dos filósofos não é exactamente o mesmo Deus a que se refere a religião, seja ela a institucional ou a popular, da mesma maneira o domínio do político, a que o filósofo consagra a sua meditação, não será propriamente o mesmo, ou pelo menos não é encarado do mesmo modo, que aquele a que o cidadão comum se pensa referir quando o nomeia.

Haverá uma diferença entre o modo como se pensa filosoficamente o político e o modo como o comum dos cidadãos se lhe refere cognitivamente?

Enquanto a filosofia se aplica em procurar a verdade, tal como a ciência, a retórica, embora trate também de um conhecimento, não pretende alcançar a verdade mas apenas a verosimilhança. Era já essa a oposição que dividia Platão e os sofistas.

* Professor da Universidade da Beira Interior. titompe@gmail.com

O problema é que, na vida quotidiana – e é com o quotidiano que essencialmente o político lida –, não é filosoficamente, e muito menos cientificamente, que se pensa. Pensa-se, quando muito, ideologicamente. O mesmo é dizer, neste caso, retoricamente, com o *pathos* das emoções, o *logos* do discurso e o *ethos* do carácter.

Em todo o caso, uma coisa é certa, todos esses pensamentos, por distintos que sejam, se expressam numa linguagem comum. Linguagem que, como se sabe, é feita em grande parte de metáforas.

Por outro lado, também construímos a nossa visão do mundo em termos políticos através dos *media*, sendo essa a nossa principal, senão mesmo exclusiva, fonte de informação. Ou seja, quanto ao seu conteúdo e quanto aos modos de pensar e conhecer, também é nos *media* que se encontra a nossa principal fonte de inspiração, se assim se pode dizer.

Em suma, como pensamos nós o político? Este «nós» refere-se ao cidadão, que é quem o deveria fazer.

É claro que esta pergunta tem muitas abordagens possíveis. Atenhamo-nos a uma em particular, dado que por algum lado haverá que começar.

O autor a que aqui me refiro é George Lakoff, linguista de formação, que tem escrito sobre questões centrais na realidade política do seu país – os EUA –, como porventura serão também centrais na realidade de qualquer outro país, e que se reportam à oposição clássica entre esquerda e direita, ou melhor, entre essas duas distintas visões do mundo.

O seu livro mais importante, deste ponto de vista, tem por título *Moral Politics: How Liberals and Conservatives think* (Lakoff, 2002). É claro que se trata aí muito exclusivamente do caso americano, mas a minha pergunta é se as suas ideias não nos ajudarão também a pensar o nosso caso ou qualquer outro.

A argumentação na vida quotidiana é feita através de metáforas que não são apenas figuras do discurso mas também, e sobretudo, figuras do pensamento, quer dizer, figuras conceptuais.

Os sofistas, filósofos pós-modernos *avant la lettre*, tinham razão: o pensamento concreto dos homens em sociedade era retórico mais do que propriamente filosófico. A verosimilhança é tão racional como a verdade. Ela faz entrar a consideração probabilística no racoamento persuasivo.

Assim se pode entender que o político seja pensado quotidianamente mais como racoamento retórico, com o *pathos*, o *ethos* e através de um dizer (*logos*) sujeito aos constrangimentos conceptuais das figuras metafóricas que este implica.

George Lakoff celebriu-se nos meios da sua especialidade com a publicação, em parceria com o filósofo Mark Johnson, de um livro que tem por título *Metaphors We Live By* (1980).

A ideia central é a seguinte: a metáfora não é apenas uma figura retórica da linguagem mas também o é do pensamento. Ou seja, nós não apenas falamos metaforicamente mas também é metaforicamente que pensamos. Mais do que isso, ao pensarmos com, ou através, de metáforas fazemo-lo em grande parte inconscientemente. Isto é, nem sequer nos damos conta de uma grande parte do nosso pensamento. Não propriamente

no sentido freudiano do termo *inconsciente* mas antes no modo como essa expressão pode traduzir o inglês «unawareness».

Como consequência, nem sempre temos a noção daquilo que pensamos ao dizê-lo. Não nos damos sobretudo conta de como o nosso pensamento é delimitado pelas metáforas que usamos ao falar.

Assim, adoptando um exemplo do próprio Lakoff que ilustra bem a questão em português, consideremos duas expressões metafóricas correntes no discurso político: «fardo fiscal» e «alívio fiscal»¹. Ambas as metáforas se reforçam mutuamente e delimitam um quadro conceptual dentro do qual nos habituamos, porventura irreflectidamente, a pensar a questão eminentemente política dos impostos. De facto, ninguém querará impor aquilo que é tido por um «fardo» e todos querarão «aliviar» esse «peso». Ao usar a metáfora do «fardo fiscal» está-se necessariamente a implicar a urgência do seu alívio.

Conceptualmente, o debate é delimitado pelo uso das metáforas empregues na linguagem corrente que é, hoje em dia quase sempre, aquela que aprendemos com os *media* e à qual também o discurso político se confina.

A questão é a de saber como é que nós conceptualizamos quotidianamente o mundo e como é que dependemos, por vezes quase exclusivamente, dos *media* para o fazer.

Daí o papel incontornavelmente central dos *media* electrónicos na formatação do campo do político nas nossas sociedades. E quando se fala hoje de *media*, quer-se sobretudo dizer televisão.

É aqui que radica a conceptualização, o razoamento quotidiano, a linguagem corrente que o exprime. Nem tudo isto é consciente, como já se disse. No dizer de G. Lakoff, «a conceptual metaphor is a conventional way of conceptualizing one domain of experience in terms of another, often uncounsciously» (2002: 4). Assim se pensa o problema fiscal em termos de «peso», «fardo» e, conseqüentemente, de desejável «alívio». A menos que outro discurso político conseguisse inventar ou construir um diferente quadro metafórico que me levasse a pensar e conceptualizar diferentemente o mesmo problema.

Sabemos que política e moral são distintas e que se não confundem. Isso não impede que haja entre elas um ponto comum. Ambas se dizem por metáforas, isto é, não só usam metáforas na sua expressão discursiva, como pensam o seu âmbito através de metáforas conceptuais.

É a isso que Lakoff chama «razoamento metafórico de senso comum» (2002: 5). A maior parte das vezes o discurso e o razoamento político é determinado por metáforas, não por factos (2002: 7). Os diferendos advêm da divergência nas metáforas que condicionam o senso comum, quer o conservador quer o progressivo.

A questão essencial passa a ser: «que papel, exactamente, desempenha o pensamento metafórico no razoamento quotidiano do senso comum conservador ou progressivo?» (2002: 7).

Em ambos os casos se pensa através de uma metáfora parental do poder.

¹ No discurso político americano: «tax burden» e «tax relief».

Essas metáforas funcionam muitas vezes como protótipos, isto é «elementos centrais de uma categoria radial» (2002: 8).

Um «prejuízo», por exemplo, pode ser moral, económico ou até físico, mas o protótipo da categoria é porventura o prejuízo económico. Ou ainda, a «dor» pode ser física ou mental enquanto metáfora, ou mesmo moral. Pelo facto de ser uma categoria radial, de um caso central que é a dor física, desdobra-se em subcasos metafóricos como a dor psicológica ou moral.

Toda esta metaforologia estrutura muito essencialmente o raciocínio moral e, daí derivando, o discurso político também, bem como, o que vem dar no mesmo, o nosso pensamento político quotidiano, quer ele seja conservador, progressivo ou de qualquer outra orientação menos claramente delimitada.

As metáforas, nomeadamente as que abundam no linguajar político, não são conceitos científicos que possam ser rigorosamente delimitados e identificados na sua significação. Estão mais perto daquilo a que Eugène Dupréel chamou «conceitos confusos».

Veja-se o caso da palavra «democracia». É um termo que exprime um conceito eminentemente confuso. Cada actor político lhe empresta um sentido eventualmente diferente. Daí a sua vantagem. É isso que permite manter em acção os próprios mecanismos do regime democrático, como o parlamento por exemplo.

Tempos houve, entre nós, em que quando um líder partidário dizia estar a sua formação política disposta a colaborar com «todos os partidos democráticos», de uma maneira geral as pessoas entendiam que se a frase fosse pronunciada por um político conservador, ele estava a excluir a esquerda considerada não democrática. Mas se fosse um líder progressivo a pronunciar a mesma frase, esta devia ser descodificada como significando a exclusão da direita tomada por antidemocrática.

Aparentemente, ambos falavam do mesmo mas na realidade cada um significava coisas diferentes sobre a democracia; desde logo através dessas metáforas situacionais que são os termos «esquerda» e «direita» quando usados no discurso político.

Regressando à questão do pensamento quotidiano.

Ao pensarmos a relação entre a filosofia e o político, estamos certamente a implicar a predominância de um pensamento racionalmente articulado através de uma argumentação bem estruturada. Será certamente assim na política (como na religião) dos filósofos.

De novo, a questão é: como pensamos nós a política no agir quotidiano? Alguns pretendem que o fazemos à maneira da estética: vendo e avaliando simultaneamente. «Aquilo para que o nosso cérebro é, aquilo para que o nosso cérebro evoluiu, é encontrar o que é de valor no nosso meio ambiente»².

A hipótese é: será que um modo quotidiano de pensar em política se assemelha ao juízo moral, operando através de «rápidas decisões intuitivas» envolvendo sobretudo as emoções e só mais tarde racionalizadas argumentativamente?

Se assim for, uma boa parte do nosso pensamento político quotidiano é inconsciente e determinado em grande parte pelas metáforas de que fala Lakoff.

² David Brooks, «The End of Philosophy» in *International Herald Tribune*, 10/04/2009.

No caso americano, o que ele nos diz é o seguinte: liberais e conservadores pensam diferentemente, não porque o façam a partir de diferentes metáforas mas porque dão sentido diferente a uma mesma metáfora conceptual sobre o campo do político.

Essa metáfora comum e fundamental é a de uma nação pensada como uma *família*. Enquanto metáfora já nós a conhecíamos do pensamento conservador português (e porventura universal), mas não suspeitávamos de que ela também poderia estruturar o pensamento corrente do progressismo.

Aparentemente ambos os campos parecem estar a falar do mesmo, mas, na realidade, aquilo de que falam tem sentidos muito diferentes ou, pelo menos, leva-os a conclusões opostas.

A metáfora da família ilustra bem a noção de conceito confuso, com todas as vantagens que este tem ao permitir uma interação discursiva como é característico dos regimes democráticos parlamentares.

É que a metáfora da família é lida de modo diferente por liberais e conservadores. Num caso, o das convicções conservadoras, a nação é metaforizada como família, sim, mas um certo tipo de família a que Lakoff chama a família assente na moralidade do pai severo (*strict father family*). No outro caso, o liberal ou progressivo, a metáfora conceptual que permite pensar o país e a sociedade é a de um agregado familiar baseado ou construído sobre a moralidade dos pais formadores e apoiantes (*nurturant*).

A partir dessas duas metáforas do colectivo nacional e social, as variantes podem ser as mais diversas. Mas o núcleo central, esse, reconhecivelmente, permanece e em torno dele se organiza um pensamento coerente na sistematicidade que caracteriza a criação metafórica.

É claro que o cidadão, o chamado homem comum, não usa conceptualmente apenas um dos dois modelos. Pode até alterná-los nas suas escolhas políticas, segundo a circunstância ou manter-se fiel apenas a um deles.

Acontece também as pessoas usarem um ou outro modelo consoante o tema em causa.

É fundamentalmente nestas variações que se jogam as estratégias eleitorais e políticas das forças partidárias.

No dizer de Lakoff «a política é acerca da família e da moralidade, acerca de mito e metáfora, e identificação emocional» (2002: 19). Ou seja, «não se podem ignorar as dimensões morais, míticas e emocionais da política» (2002: 19).

Bem entendido, não se trata aqui de uma abordagem teórico-filosófica da questão política. Trata-se antes de uma posição em que Lakoff se reclama de uma estudo linguístico e cognitivo do uso corrente do discurso acerca da política (2002: 21-22).

Mas em que consistem afinal as duas referidas metáforas baseadas na analogia entre a sociedade e a família?

No caso da família baseada na moralidade do pai severo (que persevera) na disciplina estrita, escusado será dizer que é de um poder patriarcal que se trata. O pai sabe o que é melhor para todos. Age em conformidade e através da imposição disciplinar estrita. Ele sabe o que quer e para onde vai, impondo a obediência como escola de mando.

A autoridade parental, já antigamente se dizia, é coisa que não se discute. «Não se discute a autoridade e o seu prestígio!», dizia Salazar num discurso célebre.

Autoridade e controlo são valores fundamentais de uma visão política do mundo baseada na metáfora do pai severo (que persevera). Daí decorrem, pela sistematicidade retórica, a preeminência de outros valores:

- *Disciplina* não só colectiva como individual. Autodisciplina, obediência.
- *Propriedade* livremente disponível pelo próprio sem intervenção governamental.
- *Hierarquia* baseada no sucesso e no mérito individual.

Desses princípios derivam os seguintes valores na metáfora do país como uma família disciplinar (2002: 61):

1. «Princípio da autoridade moral» atribuído ao Poder e a correlativa obediência.
2. «Princípio da responsabilidade individual». Por exemplo, o delincente é individualmente responsável pelos seus crimes e não uma vítima da sociedade.
3. «Princípio do mercado livre» como forma «natural» de organizar a economia fora da influência do Estado.
4. Subir a pulso na vida. Cada um o pode fazer sem esperar pelas ajudas do Estado.

Por seu lado, a metáfora progressista da nação como família de apoio e formadora (*nurturant*) baseia-se nos seguintes valores implícitos:

1. Regulação e tutela do Estado para nos proteger.
2. Impostos que permitam desenvolver o bem comum.
3. Sindicatos que defendam os direitos dos trabalhadores.
4. Justiça que proteja os direitos de todos.

No centro está a noção de *bem comum* que inspira os princípios progressivos de acção na sociedade (2002: 165):

1. Empatia com os outros promovendo justiça e imparcialidade.
2. Ajuda aos que não se podem ajudar a si próprios.
3. Protecção dos desprotegidos.
4. Promoção da realização pessoal.
5. Autoformação para melhor desempenhar essas tarefas.

Lakoff conclui que «os debates políticos não são assuntos de discussão racional com base em categorias literais e objectivas. As categorias que dão forma ao debate são categorias morais; essas categorias são definidas em termos de diferentes concepções de moralidade baseadas na família, que dão prioridade a diferentes metáforas para a moralidade» (2002: 169).

O problema das metáforas é que elas delimitam o quadro conceptual em que nos é permitido pensar e, mais do que isso, a sua sistematicidade encadeia uma série de outros

conceitos metafóricos que nos encerram ainda mais dentro de um mesmo universo mental metafórico.

A única maneira de modificar um determinado estado de coisas mental será criando outras metáforas que venham a deslocar as fronteiras conceituais dentro das quais estamos habituados a pensar.

É isso que nos demonstra como a metáfora é sempre algo decisivo no desenvolvimento da argumentação feita através do raciocínio comum ao discurso político.

Bibliografia

Luhman, Niklas (1996) *The Reality of the Media*: Stanford University Press.

Lakoff, George (2002) *Moral Politics: How Liberals and Conservatives think*: The University of Chicago Press.

Lakoff, Georges and Johnson, Mark (1980) *Metaphors We Live By*: Chicago University Press, 1980. Tradução em português: (2002) *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, Mercado das Letras.

Brooks, David (2009) 'The End of Philosophy', *International Herald Tribune*, 10/04/2009.